



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0016751-62.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Leonia da Cruz Oliveira**
 Requerido: **Seguradora Líder de Consórcios do Seguro Dpvat Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Leonia da Cruz Oliveira move ação de cobrança de seguro obrigatório contra Seguradora Líder de Consórcios do Seguro DPVAT S/A, alegando que em 07/07/13 sofreu acidente com veículo automotor e conseqüentemente sequelas deste derivadas, daí resultando invalidez permanente, fazendo jus ao recebimento do seguro previsto na Lei nº 6.194/74, com as alterações da Lei nº 11.482/07.

Contestação às fls. 29/36.

Réplica às fls. 59/60.

Em audiência preliminar, foram afastadas preliminares e determinou-se a produção de prova pericial, fls. 65.

Laudo pericial às fls. 139/142, sobre o qual as partes foram intimadas, manifestando-se a ré, silenciando a autora.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do NCPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, sendo suficientes a documental e a pericial.

Improcede a ação.

Segundo o art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 11.945/09, o seguro obrigatório cobre "morte", "invalidez permanente total ou parcial" e "despesas de assistência médica e suplementares", de acordo com as faixas e limites estabelecidos em seus incisos.

No caso em tela, a pretensão foi embasada em suposta invalidez permanente.

Todavia, o laudo pericial, fundamentadamente, às fls. 139/142, concluiu que a fratura sofrida pela autora não gerou invalidez, ainda que parcial, porquanto "não apresenta sequela com repercussão funcional que esteja contemplada na tabela DPVAT".

Não há prova, pois, do fato constitutivo alegado pela autora.

Ante o exposto, julgo improcedente a ação, condenando a autora nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em R\$ 1.000,00, observada a AJG.

P.R.I.

São Carlos, 06 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**